

CICLO DE ESTUDOS: **GASTRONOMIA E COZINHAS DE PORTUGAL**  
INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR: **INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA**  
UNIDADE ORGÂNICA: **ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE COIMBRA**  
NÚMERO PROCESSO: **NCE/23/2300089**  
GRAU: **MESTRE**  
DECISÃO: **NÃO ACREDITAR**  
DATA PUBLICAÇÃO: **2024-09-24**

## **DECISÃO DO CA**

**DECISÃO:**  
Não acreditar

### **FUNDAMENTAÇÃO EM PT:**

O Conselho de Administração decide não acreditar o ciclo de estudos, em concordância com a fundamentação e recomendação da Comissão de Avaliação Externa. - A CAE considera desadequada a classificação da área científica fundamental deste ciclo de estudos em 'Turismo e Lazer', o que dá origem a que: i) As docentes indicadas como coordenadoras não são adequadas, pelo que não está cumprido o disposto na alínea d) do número 5 do Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 65/2018 de 16 de agosto. ii) O corpo docente não é especializado, o que é corroborado pela escassez de publicações dos docentes nas áreas de Gastronomia e Restauração. Não se encontra, assim, cumprido o disposto nas alíneas c) do número 5 e alínea c) do número 6 do Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 65/2018 de 16 de agosto. - Existe um baixo número de docentes, o que se traduz: i) Numa fraca participação dos docentes nas actividades de ensino do mestrado; ii) Na concentração de 57% dos ECTS do CE nas duas docentes indicadas como coordenadoras. Desta forma, não está cumprido o disposto na alínea b) do número 1 do Artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 65/2018 de 16 de agosto. - Os objectivos de aprendizagem apresentados não permitem garantir o cumprimento do disposto no número 1 do Artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 65/2018 de 16 de agosto. - A IES não possui um laboratório de Hotelaria e Restauração ou em alternativa um Restaurante e Cozinhas de aplicação, nem Laboratório de Análise Sensorial, que a CAE considera essencial a este CE. Não está assim cumprido o cumprimento do disposto na alínea b) do número 5 do Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 65/2018 de 16 de agosto.

### **FUNDAMENTAÇÃO EM EN:**

The Management Board decides not to accredit the study programme, in accordance with the External Assessment Team reasons and recommendation. - The EAT considers the classification of the fundamental scientific area of this study programme as 'Tourism and Leisure' to be inappropriate, which means that: i) The teachers appointed as coordinators are not adequate, so the established in paragraph d), number 5 of Article 16º of Decree-Law no. 74/2006 of March 24th, as amended by Decree-Law no. 65/2018 August 16th, is not fulfilled. ii) The teaching staff is not specialised, which is corroborated by the scarcity of publications by teachers in the areas of Gastronomy and Catering. Thus, the established in paragraph c), number 5 and paragraph c) number 6 of Article 16 of Decree-Law no. 74/2006 of March 24th, as amended by Decree-Law no. 65/2018 August 16th, is not fulfilled. - There is a low number of teachers, which translates into: i) A low participation of teachers in this master's teaching activities; ii) The concentration of 57 % of the SP's ECTS in the two teachers indicated as coordinators. In this way, the established in Article 57 nr 1 b) of Decree-Law no. 74/2006 of 24 March, as amended by Decree-Law no. 65/2018 of 16 August, is not complied with. - The learning outcomes presented do not guarantee compliance of Article 15. Nr 1 of Decree-Law no. 74/2006 of 24 March, as amended by Decree-Law no. 65/2018 of 16 August. - The HEI does not have a Hotel and Restaurant laboratory or alternatively a Restaurant and Kitchen application, nor a Sensory Analysis Laboratory, which the EAT considers essential to this SP. Compliance with Article 16 nr 5 b) of Decree-Law no. 74/2006 of 24 March, as amended by Decree-Law no. 65/2018 of 16 August, is therefore not met.